



UMA ESTRUTURA HISTÓRICA PARA O CONCEITO DE ESTRATÉGIA *

Donald R. Baucom

Estratégia – a palavra evoca muitas imagens relacionadas com as Forças Armadas. Mas qual é o seu significado? Este artigo examina a evolução da guerra, desde o século XVIII até a atualidade, e mostra como o conceito de Estratégia evoluiu para responder às mudanças na guerra. A ampla estrutura histórica aqui apresentada pode beneficiar a todos os profissionais, ao estudarem os vários aspectos da estratégia militar.

De qualquer forma, não devemos nos iludir pensando que, partindo da estaca zero, com idéias inteiramente novas e guiados meramente pela lógica, podemos modelar uma estratégia de acordo com as necessidades da época.

Bernard Brodie, *A Estratégia na Era do Míssil*

As tradições militares ocidentais remontam à Grécia antiga, onde a guerra era mais simples do que é hoje em dia. O Exército ate-

niense era composto principalmente por infantes pesados ou hoplitas, cujo equipamento principal consistia em lanças de 2,5 a 3 metros e armaduras protetoras.

* Transcrito da Military Review, edição brasileira, janeiro/fevereiro 1988.

ras (escudo, capacete, espartilho e grevas), totalmente providenciado pelo próprio soldado.

A formação grega padrão era a falange, um conjunto de soldados, formando um grande retângulo, com uma profundidade aproximada de 12 homens. Durante o combate, a fileira da frente apontava suas lanças contra o inimigo, o que tornava a falange uma excelente formação, sempre que fosse possível forçar o adversário a defrontá-la. Na Batalha de Maratona, em 490 a.C., uma falange ateniense, seguindo o plano formulado por um dos seus generais, Miltíades, realizou um duplo envolvimento e esmagou o exército persa invasor.

A palavra estratégia data desta época e se origina do grego *strategus*, que significa general.¹ Estratégia significava a arte do general, conceito suficientemente amplo para abranger, virtualmente, todos os aspectos da guerra antiga, incluindo desde a organização e o comando de um exército até o desenvolvimento de esquemas, planos ou ardis, que eram freqüentemente usados para pôr o inimigo em desvantagem, antes mesmo que a batalha fosse iniciada.

A história militar antiga está repleta de exemplos deste último aspecto da arte do general: a disposição da falange ateniense de Miltíades, em Maratona, a surpreendente travessia do rio Ilydaspes, realizada por Ale-

xandre, o Grande, em 326 a.C., a emboscada de Aníbal contra os romanos, no Lago Trasimene, em 217 a.C. e a campanha de Cipião que resultou na Batalha de Zama, em 202 a.C. A estratégia evoluiu, através dos séculos, de uma idéia unicamente voltada para uma campanha ou um campo de batalha, para um conceito que envolve a harmonização (na guerra e na paz) dos recursos de um determinado país (incluindo as forças militares), em busca dos objetivos nacionais.

Nos 2000 anos que separaram Maratona da Guerra dos Trinta Anos, poucas foram as mudanças estratégicas de vulto na guerra.² Não há dúvida de que o equipamento militar e as formações haviam mudado, mas, ainda assim, os resultados das batalhas eram determinados, em grande parte, da mesma forma – massas de infantes cerrando sobre o inimigo e travando o combate a baioneta, que então se constituía na arma de decisão. Além disso, os granadeiros de Frederico, o Grande, atravessaram a Europa Central com a mesma velocidade com que os veteranos de Julio César o fizeram na Gália – aproximadamente 16 quilômetros por dia.³ Não obstante, a guerra dos Trinta Anos desencadeou uma série de acontecimentos que resultaram, finalmente, no surgimento de um novo paradigma – a guerra limitada do século XVIII – que predominou de 1648 (fim de Guerra dos Trinta Anos) até

1789 (começo da Revolução Francesa).

As limitações da guerra eram devidas, em parte, à escolha, e, em parte, à necessidade, tendo algumas delas surgido em consequência dos horrores da Guerra dos Trinta Anos. Os reis estavam decididos a manter as futuras guerras sob controle, estabelecendo para as mesmas objetivos limitados, tais como obter uma vantagem comercial, anexar uma pequena porção de território ou influenciar uma sucessão real. Além disso, os combatentes eram oriundos das classes não produtivas da sociedade, sendo os oficiais escolhidos entre os ricos ociosos, enquanto os soldados tendiam a ser a escória da mesma sociedade.

No que diz respeito às limitações devido à necessidade, as condições em que se encontravam as economias européias, no século XVIII, se constituíam num importante fator restritivo. Mesmo com virtualmente todos trabalhando em atividades produtivas, como a agricultura, e exercendo as profissões indispensáveis, as nações mal produziam o suficiente para atender às necessidades do povo, o que significava que aqueles países tinham condições de apoiar, apenas parcialmente, seus respectivos exércitos, em determinada ocasião.

Surgiram outras limitações, como resultado da doutrina e da tecnologia militar, que integraram o armamento do século

XVIII aos exércitos. Uma das armas-padrão da infantaria, naquela época, era o mosquete de alma lisa, de carregamento pela boca, com um alcance útil de apenas 46 a 69 metros e uma cadência de tiro de três a cinco disparos por minuto. Uma segunda arma, a baioneta calada, transformava o mosquete, uma vez descarregado, numa lança de 2,15 metros, podendo esta combinação mosquete-baioneta ser usada tanto na defesa como para prosseguir num ataque.

O esforço despendido para usar eficazmente a combinação mosquete-baioneta levou ao desenvolvimento das táticas lineares que predominaram nos campos de batalha do século XVIII. Para utilizar ao máximo o poder de fogo das unidades, os soldados eram desdobrados em três longas fileiras, porém como o mosquete não era muito eficaz além de 69 metros, as formações lineares de infantaria avançavam e só abriam fogo quando se encontravam frente a frente com o inimigo. O objetivo disso era esperar até que o inimigo disparasse, para então desencadear o fogo à queima roupa e, em seguida, atacar o aturdido inimigo com uma carga de baioneta.

Na Batalha de Blenheim, em 1704, segundo se afirma, os franceses esperaram para atirar até que os atacantes britânicos estivessem a cerca de 27 metros da sua posição. Foram as limitações do mosquete, e não as bravatas do novo mundo nor-

te-americano, que deram origem ao ditado: "não dispare enquanto não ver o branco dos olhos do inimigo!" Tais táticas garantiam que, virtualmente, todas as batalhas seriam sangrentas, sendo comuns índices de baixas entre os combatentes variando de 20 a 50%.

Este número tão elevado de baixas fazia com que reis e generais relutassem em se engajar em combate. Eram necessários dois anos para preparar soldados capazes de executar, no campo de parada, as manobras segundo as quais os exércitos do século XVIII mudavam de uma coluna de marcha para uma linha de batalha e cerravam sobre o inimigo. Tais exércitos eram instrumentos políticos muito dispendiosos e reis e comandantes militares relutavam em pô-los em risco, a não ser que tivessem uma grande possibilidade de vitória.

Isto significava que nenhuma batalha seria travada, a não ser que as condições, entre as forças oponentes, fossem essencialmente iguais. Se um general julgasse pequenas as suas possibilidades de vitória no campo de batalha, ele simplesmente retirava suas tropas, enquanto o inimigo ainda se desdobrava, daí ter um historiador militar descrito a guerra no século XVIII como sendo mais parecida com uma sedução do que com um estupro.

O tênue equilíbrio existente antes do combate explica por que a estratégia era definida

como um estratagema ou artil, no campo de batalha, destinado a dar, a um dos lados, uma ligeira vantagem sobre o inimigo, mas suficiente para permitir a vitória numa batalha entre dois oponentes, constituídos de forças praticamente do mesmo valor.⁴ Assim, o conceito de estratégia, no século XVIII, enfocava o campo de batalha, sendo, desse modo, mais parecido com o conceito grego da arte do general do que com o ponto de vista atual, que enfatiza os recursos e a mobilização dos mesmos recursos em busca dos objetivos nacionais.

O SÉCULO XIX

A guerra generalizada dos dias de hoje é, na realidade, o produto de três revoluções do século XIX que amadureceram antes da I Guerra Mundial. A Revolução Francesa, de 1789, trouxe consigo um novo relacionamento entre governantes e governados na Europa, já que o ponto crucial daquela mudança foi dar ao povo a oportunidade de participar das decisões governamentais, atribuindo-lhes, em troca, a obrigação de apoiar e defender a nação-estado e suas políticas — o serviço militar tornou-se um dever cívico. O governo podia, agora, mobilizar todos os recursos da nação para a condução de uma guerra, tendo a França revolucionária sido capaz de desdobrar, quando foi ameaçada pelos reacionários

monarcas europeus, na primavera de 1974, uma força de 800.000 homens. O movimento de efetivos de tão grande valor não havia sido visto na Europa desde as migrações bárbaras, no fim do Império Romano.⁵

No final do século XVIII e princípios do século XIX, o apoio a forças de tão grande vulto era realizado com muita dificuldade, uma vez que a Revolução Industrial se encontrava ainda em seus estágios iniciais e que grande parcela da população e da economia havia sido mobilizada para suprir as hordas francesas da Revolução e das Guerras Napoleônicas. Na época da Guerra de Secessão norte-americana, contudo, a mecanização já contribuía bastante para a industrialização dos países ocidentais, permitindo-lhes equipar, com certa facilidade, seus exércitos novos e numerosos.

Outro aspecto relevante da Revolução Industrial foi a aplicação do vapor e do aço nos meios de transporte, sendo a estrada de ferro e o navio a vapor produtos do século XIX. Estes desenvolvimentos revolucionaram a logística, no nível estratégico, pois que, até então, o movimento dos exércitos era limitado a cerca de 16 km por dia, ao passo que, através de ferrovias, este movimento podia atingir 160 ou mais quilômetros por dia.

À medida que os exércitos cresciam, os problemas de apoio também aumentavam,

apesar de a Revolução Industrial ter aumentado a capacidade produtiva de apoio a grandes exércitos, resolvendo, apenas parcialmente, os problemas logísticos. Existia ainda o desafio de recrutar numerosas forças, treiná-las, supri-las, deslocá-las para os campos de batalha e comandá-las durante os combates. A criação do estado-maior, no século XIX, proporcionou a solução desses problemas administrativo-organizacionais, e Water Millis se refere a ela como a "revolução administrativa" na guerra, concluindo:

*A guerra não estava mais simplesmente nas mãos de profissionais, mas de profissionais altamente treinados e tecnicamente especializados, que podiam, numa crise, valer-se de todos os recursos humanos e industriais do estado moderno, então altamente integrado.*⁶

No século XVIII, um único homem tinha condições de comandar, com eficiência, até cerca de 40.000 homens, enquanto os alemães, no começo de sua guerra com a França, em 1870, mobilizaram quase 500.000 homens. O sistema de estado-maior, portanto, integrava o exército numeroso, a capacidade logística da nação industrializada e os novos meios de transporte, numa máquina militar altamente eficaz.⁷

O conceito de estratégia, no entanto, permaneceu basicamente inalterado enquanto ocorriam essas importantes mudanças na arte da guerra. Karl von

Clausewitz argumentava que a guerra era uma extensão da política, definia a estratégia como a condução de engajamentos destinados a alcançar os objetivos da guerra e afirmava que pouca diferença havia entre estratégia, política e diplomacia nos níveis mais elevados da estratégia.⁸ Estas idéias, porém, parecem ter tido pouco efeito sobre a maioria dos militares que escreviam sobre estratégia no século XIX, pois, para eles, estes conceitos se assemelhavam muito mais à guerra de Henri Jomini, esboçada em cartas topográficas, isto é, a estratégia era, essencialmente, um plano de campanha destinado a derrotar o exército inimigo.⁹

Até o final do século XIX, haviam ocorrido mudanças fundamentais no modo de as nações ocidentais combaterem. Como resultado das revoluções políticas da Europa, da Revolução Industrial e do desenvolvimento do sistema de estado-maior, as nações ocidentais podiam agora mobilizar uma quantidade sem precedentes dos seus recursos humanos e materiais para apoiar um esforço de guerra.¹⁰ O pensamento militar concernente à estratégia, no entanto, não havia acompanhado estas mudanças.

O SÉCULO XX

No início do século XX, as nações européias entraram, decididamente, na primeira guerra

generalizada do mundo moderno, tendo a I Guerra Mundial mostrado que os europeus não estavam preparados para enfrentar um conflito desse tipo.

A I Guerra Mundial teve início com as vultosas forças militares manobrando em grande parte da Europa, mas os exércitos da Frente Ocidental, contudo, foram logo forçados a se aferrar ao terreno devido ao extraordinário poder de fogo das metralhadoras e da nova e poderosa artilharia, o que dava maior importância à defesa. Em 1914, após a Batalha de Marne, os exércitos inimigos se mantiveram ocupados na construção de um sistema de trincheiras e fortificações, que se estendia desde os Alpes Suíços até o Mar do Norte. Sem dispor de flancos para manobrar, na Frente Ocidental, os grandes exércitos de campanha europeus opostos podiam apenas se arranhar mutuamente, no que parecia ser uma série inacabável de ataques frontais que, em muitos casos, se destinavam simplesmente a exaurir o inimigo, isto é, derrotá-lo através de uma guerra de desgaste.¹¹

Os exércitos haviam estabelecido, essencialmente, uma barreira impenetrável em todo o continente europeu, e atrás dela, praticamente imunes a ataques, as nações passaram a constituir-se em verdadeiras extensões de suas forças armadas, organizando novos exércitos e providenciando novos armamentos e suprimentos, com a

mesma rapidez com que eram consumidos na frente de combate. Esta situação transformou a imensa região geográfica, em que os exércitos se degladiavam, num enorme cemitério em que milhões de homens morriam e milhares de toneladas de material eram destruídas. A paz somente ocorreria se uma nação, ou grupo de aliados, se retirasse, em consequência da exaustão.

Esta grande guerra de desgaste marca o início da guerra generalizada do século XX e materializa o clímax das tendências observadas no século XIX, pois aquilo que a guerra visava, no século passado, a I Guerra Mundial tornou óbvio, isto é, as revoluções políticas, industriais e administrativas do século anterior haviam consolidado os elementos da sociedade moderna numa única e poderosa estrutura militar, segundo a qual não era mais possível fazer uma distinção entre a frente interna e a frente de combate.

Restava apenas um passo na marcha do homem em direção à guerra generalizada – atacar a frente interna do inimigo. Na opinião de vários pensadores militares, a I Guerra Mundial já havia dado uma indicação clara de como esse objetivo poderia ser alcançado. Aquele conflito testemunhou o primeiro bombardeio de longo alcance, conduzido pelos alemães através dos dirigíveis zeppelin e dos bombardeiros *Gotha* e *Giant*, contra Londres e

Paris. O poder aéreo prometia permitir às nações evitarem a dispendiosa guerra terrestre e derrotarem o inimigo através de ataques diretos contra a sua frente interna.

Na década que se seguiu ao término da I Guerra Mundial, alguns pensadores militares avaliaram que haviam ocorrido mudanças fundamentais na natureza da guerra, mudanças essas que deviam ser incluídas numa nova estrutura conceitual – a grande estratégia, conceito que, em 1925, já evidenciava um razoável amadurecimento. O desenvolvimento desse conceito deve-se, principalmente, ao que parece, a B.H. Liddell Hart e J.F.C. Fuller, que reconheciam que o segmento civil de uma nação era a base do seu poder militar e acreditavam que o ponto capital para se alcançar os objetivos propostos numa guerra era derrotar a vontade do inimigo.

Nas palavras de Liddell Hart, o papel da grande estratégia “é coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação para a obtenção do objetivo político da guerra – o objetivo estabelecido pela política nacional”. Desse modo, a estratégia, mesmo sob a forma de grande estratégia, parece ter permanecido como um conceito do tempo de guerra, indicando que os pensadores estratégicos ainda não haviam entendido, plenamente, um dos pontos mais importantes estabelecidos por Clausewitz – não há diferença entre guerra e paz,

sob o ponto de vista político. Somente os meios, e como eles são empregados, diferem, à medida que se passa da guerra para a paz e vice-versa.¹²

Tanto Liddell Hart como Fuller incluíram a nova arma aérea nas suas considerações sobre a grande estratégia, e, na realidade, os pontos de vista de Liddell diferem muito pouco dos estabelecidos pelos principais proponentes do poder aéreo, como Giulio Douhet e William ("Billy") Mitchell. Eles acreditavam que a aviação tinha revolucionado a guerra e trabalharam no sentido de obter o reconhecimento e o apoio para o poder aéreo, como um elemento decisivo nas guerras futuras, e eram de opinião de que a guerra tinha se tornado generalizada e que, portanto, o poder aéreo podia atacar a frente interna inimiga, destruindo sua capacidade de apoiar um esforço de guerra.¹³

Os militares da Força Aérea dos EUA interpretavam qualquer ataque aéreo, realizado contra os recursos destinados a manter o inimigo em combate, como um emprego estratégico do poder aéreo. Para eles, a estratégia tornou-se um plano que dirigia os ataques aéreos contra o país inimigo, de forma a desorganizar ou destruir sua capacidade de luta.¹⁴

Embora os bombardeios realizados pelos aliados contra a Alemanha e o Japão, durante a II Guerra Mundial, fossem eficazes, eles não foram tão decisivos, para o desfecho da guer-

ra, como Douhet e Mitchell haviam previsto.¹⁵ Qualquer insatisfação relacionada com a eficácia do esforço dos bombardeios estratégicos foi em grande parte obscurecida, contudo, pela crença de que as armas nucleares tornaram os pormenores dos bombardeios estratégicos da II GM pelo menos enfadonhos, se não irrelevantes.¹⁶ As armas nucleares pareciam agora, de fato, dar ao poder aéreo a capacidade de ser decisivo nas futuras guerras.¹⁷

Na década de 50, a capacidade do poder aéreo foi grandemente ampliada quando mísseis intercontinentais, prenunciados pelas bombas voadoras V2 alemãs da II Guerra Mundial, foram combinados com ogivas nucleares menores para produzir o míssil balístico intercontinental (ICBM), que, da mesma forma que a V2, era invulnerável às medidas defensivas. Atualmente, as nações têm a capacidade de se atacarem e se devastarem mutuamente, através de ataques nucleares que não podem ser impedidos, utilizando como intermediários apenas os militares necessários para compor as reduzidas tripulações das aeronaves dotadas de armamento nuclear e acionar o disparo dos mísseis de ogivas nucleares.

Na era nuclear, a guerra parecia ter alcançado um ponto de absurdo lógico, segundo o qual as nações adversárias se aniquilariam, recebendo, como recompensa, desse modo, ape-

nas a sua própria destruição.¹⁸ A única linha de ação razoável a seguir era, por conseguinte, evitar a guerra, e esta foi a recomendação feita por Bernard Brodie, um dos formuladores da moderna teoria da dissuasão nuclear. A poeira da II Guerra Mundial mal havia assentado quando ele dirigiu-se aos militares, estabelecendo que o seu dever não era mais o de combater as guerras, mas, isto sim, o de dissuadi-las, afirmando:

*O objetivo mais importante da nossa instituição militar tem sido, até o momento, vencer as guerras, mas, doravante, será evitá-las, sendo esta, talvez, sua única utilidade.*¹⁹

A evolução da guerra pareceu ter produzido, no limiar da Era Atômica, uma interrupção básica na continuidade entre a paz e a guerra, proposta por Clausewitz. No passado a estratégia implicava no emprego de força militar e de alguma ação militar para se atingir um objetivo político desejado, mas agora, na era da dissuasão de Brodie, a estratégia deveria implicar no emprego de uma estrutura de força, uma mistura de homens e máquinas, com a finalidade de transmitir, a um inimigo em potencial, uma ameaça que o impedisse de empreender qualquer ação indesejável.²⁰

No que diz respeito à estratégia no início da era nuclear, os EUA se portaram como se tivessem aceito o julgamento de Brodie, e a dissuasão de todas as guerras, através da ameaça

do emprego de armas nucleares, tornou-se a política ostensiva norte-americana durante a administração Eisenhower. Durante a presidência de John F. Kennedy, todavia, esta política já se havia tornado inaceitável.

Os acontecimentos, ao nível internacional, mostraram que Brodie estava apenas parcialmente correto quando afirmara que a guerra era uma coisa do passado, porque, de fato, o pensamento de Clausewitz, de que a guerra é uma extensão da política, continuou a ser válido, mesmo na era nuclear. Se bem que as imagens de horror evocadas pela guerra nuclear contribuíram para tornar a guerra total entre as superpotências inaceitável, as nações continuaram a empregar a guerra para decidir disputas que não podiam ser resolvidas por meios diplomáticos. As páginas da história, no período que se sucedeu à II Guerra Mundial, estão repletas de relatos sobre as guerras da Coreia, Árabe-Israelense de 1967, do Vietnã, das Malvinas, do Afeganistão e outras.

Muitas destas guerras foram não-convencionais ou de guerrilhas, em que o limite entre a paz e a guerra tem sido difícil de definir. Além disso, os chefes de governo não parecem estar mais inclinados a declarar guerras, como no caso do conflito coreano. O efeito do desaparecimento da reunião diplomática para a declaração de guerra está muito bem ilustrado no título do livro de J. Lawton Collins,

War in Peacetime: The History and Lessons of Korea ("Guerra na Paz: A História e as Lições da Coréia").²¹

O limite entre a paz e a guerra vem-se tornando cada vez mais indefinido, em virtude da crescente prática do terrorismo. Embora os esforços anti-terroristas tenham muitas das características de operações policiais de tempo de paz, os terroristas buscam, com frequência, os objetivos políticos tradicionalmente associados à guerra, atingindo, por vezes, níveis de morte e destruição semelhantes aos de uma guerra. Além disso, a natureza altamente integrada e complexa das sociedades modernas e os atuais meios de comunicação constituem multiplicadores de forças que dão um poder extraordinário a um número relativamente pequeno de terroristas, o que lhes permite influenciar as políticas de governos estabelecidos, como a guerra, por vezes, também o faz.

Após a II Guerra Mundial, a evolução de novos conflitos internacionais criou uma situação semelhante àquela que se seguiu à I Guerra Mundial. Os pensadores estratégicos reconheceram, então, novamente, que sua estrutura intelectual era muito limitada para acomodar a modificada natureza da guerra, e por isso o conceito de estratégia teve de ser, mais uma vez, ampliado, tendo os estrategistas desenvolvido a idéia de estratégia nacional, que indica o

emprego dos recursos de uma nação, na guerra e na paz, para atingir os objetivos nacionais:

*Estratégia Nacional – É a arte e a ciência de desenvolver e empregar os poderes políticos, econômicos e psicológicos de uma nação, juntamente com as suas forças armadas, durante a paz e a guerra, para assegurar a consecução dos objetivos nacionais.*²²

A diferença entre a definição de grande estratégia de Liddell Hart e a de estratégia nacional era mínima, modificando simplesmente a primeira para indicar que a estratégia envolve a aplicação de recursos nacionais para atingir os fins da política em qualquer situação, e não apenas no tempo de guerra. Uma vez que as Forças Armadas se constituem num recurso nacional e num instrumento da política, elas podem ser empregadas na paz, juntamente com outros instrumentos da política, em busca dos objetivos nacionais. Com esta definição mais ampla, os pensadores estratégicos modernos finalmente institucionalizaram, em sua estrutura conceitual, todas as implicações da afirmação de Clausewitz de que a guerra nada mais é do que a extensão da política.

Quando a era moderna da guerra teve início, o exército de cada nação era semelhante a um campeão na arena da guerra e sua derrota era considerada como a derrota da própria nação. Uma vez que as guerras

eram travadas por objetivos geralmente limitados, um beligerante podia aceitar a derrota sem temer drásticas consequências. Além disso, considerando-se que o exército de campanha de cada nação tinha um efetivo limitado e exigia muito tempo para ser recrutado e treinado, uma derrota de grandes proporções não deixava muita escolha a um governante, a não se pôr fim à guerra. Sob tais condições, parece natural que a estratégia fosse considerada como um conceito do campo de batalha ou um plano de campanha, pois a derrota do exército inimigo, de um modo geral, significava a vitória na guerra.

No final do século XIX, as circunstâncias da guerra haviam mudado, fundamentalmente, e os conflitos já travados no século XX mostraram exércitos de grande efetivo, apoiados por fábricas que produziam material bélico em proporções gigantescas. Agora os exércitos já podiam, então, ser recrutados, treinados, equipados e enviados para a frente com a mesma rapidez com que a frente de combate os consumia. A frente de combate tornou-se, então, uma enorme máquina de picar carne, onde a mortandade e a destruição continuavam até que um dos lados se tornasse exausto e solicitasse um armistício. Uma nação só conseguia manter tal esforço de guerra se os seus líderes planejassem e controlassem as atividades sociais, políticas e econômicas, numa esca-

la jamais conhecida anteriormente.²³ Após a II Guerra Mundial, a grande estratégia passou a indicar o esforço de mobilização dos recursos nacionais na execução de um esforço de guerra.

Após a II Guerra Mundial, outros acontecimentos demonstraram, claramente, que a estrutura conceitual de estratégia exigia uma ampliação, destacando-se o surgimento de armas nucleares e a ascensão simultânea da estratégia de dissuasão, segundo a qual se emprega uma determinada forma de poder militar para apoiar a política nacional, sem provocar, realmente, mortes e destruições. Outros, sim, o emprego mais difundido da guerra não convencional, do terrorismo e das guerras limitadas e não declaradas, obscureceram a distinção entre a paz e guerra, tornando cada vez mais necessário que se considerasse o emprego da força militar de modo diverso do tradicional, associado à guerra. De forma a conciliar, novamente, todos estes acontecimentos, o conceito de estratégia nacional foi articulado de modo a significar o emprego de todos os elementos do poder nacional em apoio aos objetivos nacionais na guerra e na paz.

Os novos conceitos de estratégia não suplantaram os anteriores mas, isso sim, os complementaram, acrescentando maior flexibilidade à idéia geral de estratégia. Resta-nos, desse modo, um conceito composto de

três níveis diferentes – estratégia militar, grande estratégia e estratégia nacional – que exige que o estrategista desenvolva maneiras de empregar os recursos disponíveis para que sejam atingidos os objetivos nacionais também em três níveis diferentes – nas batalhas ou campanhas, nas guerras e na interação entre as nações, no “tempo de paz”.

REFERÊNCIAS

1. *Encyclopaedia Britannica*, 14^a Edição, Micropaedia, Chicago, Ill., Volume IX, pp. 602-3.
2. Charles Oman, *A History of the Art of War in the Middle Ages*, Burt Franklin, N. Y., 1924, Volume 1, pp. 41-42; e Hans Delbruck, *History of the War Within the Framework of Political History: Volume III: The Middle Ages*, traduzido por Walter J. Renfroe Jr., Greenwood Press, Westport, Conn., 1982, pp. 323-28.
3. Martin Blumenson e James L. Stokesbury, *Master of the Art of Command*, Houghton Mifflin, CO., Boston, Mass., 1975, pp. 6-7.
4. *Encyclopaedia Britannica*, 11^a Edição, Micropaedia, Chicago, Ill., 1911, Volume IX, p. 986. Jay Luvaas diz que a palavra estratégia não era usada pelos soldados do século XVIII. O conceito que os militares mais tarde denominaram estratégia era chamado de “plano de campanha,” à época de Frederico, o Grande. Ver *Frederick the Great on the Art of War*, traduzido e editado por Jay Luvaas, Free Press, N. Y., 1966, pp. 306-309.
5. Michael Howard, “Strategy and Policy in Twentieth-Century Warfare”, Framton Memorial Lectures publicado na *Military History*, Nº 9, US Air Force Academy, Colorado Springs, Colo., 5 Mai 67, pp. 3-6; Paul A. Cagnon, *France Since 1789*, Harper & Row Publishers, N. Y., 1964, p. 29; e Samuel F. Scott, “Foreign Mercenaries, Revolutionary War, and Citizen-Soldiers in the Late Eighteenth Century,” *War & Peace*, St. 1984, pp. 53-55.
6. Walter Millis, *Arms and Men: A Study in American Military History*, G. P. Putnam's Sons, N. Y., 1956, p. 206.
7. Richard A. Preston e Sydney F. Wise, *Men in Arms: A History of Warfare and Its Interrelationships With Western Society*, Segunda Edição Revisada, Praeger Publishers, N. Y., 1970, p. 253. Para maiores informações sobre o crescente domínio da guerra, ver Howard, *op. cit.*, pp. 5-6.
8. Karl von Clausewitz, *On War*, editado e traduzido por Michael Howard e Peter Paret, Princeton University Press, Princeton, N. J., 1976, pp. 177 e 182-83. Ver também *Ibid.*, Book 8, Chapter 6.
9. Henri Jomini, *The Art of War*, traduzido por G. H. Mendell e W. P. Craighill, Greenwood Press, Westport, Conn., sem data, pp. 68-69 e 322. Para exemplos do pensamento militar típico do século XIX sobre estratégia, ver Edward Yates, *Elementary Treatise on Strategy*, Parker, Fumival e Parker, Londres, Inglaterra., 1852; e Edward S. Farrow, *Farrow's Military Encyclopedia: A Dictionary of Military Knowledge*, Edward S. Farrow, N. Y., 1985, três volumes.
10. Howard, *op. cit.*, p. 5, apresenta uma discussão muito interessante sobre as mudanças que a guerra apresentou, quando começou a incluir um maior número de elementos da sociedade.
11. Está além do alcance deste artigo discutir outras atividades que não as relacionadas com a Frente Ocidental, apesar de terem sido consideráveis. À medida que os acontecimentos foram-se desenrolando, a Frente Ocidental tornou-se o centro de gravidade da guerra, e foi ali que a estratégia de desgaste foi aplicada com a maior energia. Houve esforços no sentido de provocar uma decisão em outras áreas e estabeleceu-se uma competição entre duas escolas de pensamento estratégico – a “oriental” e a “ocidental”. Ver Bernadotte E. Schmitt e Harold C. Vedeler, *The World in*

- the Crucible: 1914-1919*, Harper & Row Publishers, N. Y., 1984, Capítulo IV. Ver também David R. Woodward, *Lloyd George and the Generals*, University of Delaware Press, Cranbury, N. J., 1983, *passim*.
12. J. F. C. Fuller, *The Foundations of the Science of War*, Hutchinson & Co. Ltd., Londres, Inglaterra, 1925, Seminário sobre a Arte da Guerra da Escola de Alto-Comando do Exército dos EUA, Carlisle Barracks, Pa., 1983, pp. 71, 92, 97 e 105-6; e Basil Liddell Hart, *Paris or the Future of War*, E. P. Dutton, N. Y., 1925, pp. 20 e 33-34. A matéria citada foi extraída de Basil H. Liddell Hart, *The Decisive Wars of History: A Study in Strategy*, G. Bell & Sons Ltd., Londres, Inglaterra, 1929, p. 150. No fim da década, pelo menos um escritor havia reconhecido que a dicotomia entre guerra e paz, na área da estratégia, era falsa. Ver George J. Meyers, *Strategy*, Byron S. Adams, Washington, D. C., 1928, p. 17.
 13. Para uma síntese da evolução dos primeiros pensamentos sobre o poder aéreo, ver David Macisac, *Strategic Bombing in World War Two: The Story of the United States Strategic Bombing Survey*, Garland Publishing, N. Y., 1976, pp. 4-8. Com relação aos pontos de vista expressos por Mitchell e Douhet, ver Giulio Douhet, *The Command of the Air*, traduzido por Dino Ferrari, Coward-McCann Inc., 1942, republicado na Série de Estudos sobre os Combatentes, do Gabinete de História da Força Aérea dos EUA, editado por Richard H. Kohn e Joseph P. Harahan, US Government Printing Office, Washington, D. C., 1983; e William Mitchell, *Winged Defense: The Development and Possibilities of Modern Air Power, Economic and Military*, G. P. Putnam's Sons, N. Y., 1925. Com relação ao ponto de vista expresso por Mitchell a respeito do significado estratégico do poder aéreo, ver pp. 5 e 16-17. Com relação a pontos de vista semelhantes expressos por Douhet, ver pp. 178-80 e 187-88. (Apesar de a 1ª edição de *The Command of the Air* ter sido publicada em 1921, as páginas 143-207 da edição de Douhet constituem uma monografia separada, que só foi publicada em 1928).
 14. Haywood S. Hansell Jr., *The Airplan That Defeated Hitler*, HigginsMcArthur/Longino & Porter, Ga., 1972, pp. 40 e 45-48.
 15. Douhet, *op. cit.*, p. 26, 58 e 192.93; e Mitchell, *op. cit.*, pp. x, 5-6, 16-17 e 19.
 16. Macisac, *op. cit.*, p. 166.
 17. No que diz respeito à situação em que se encontrava a teoria do poder aéreo no final da II GM, Bernard Brodie escreveu, "É provavelmente verdadeiro que sem a bomba nuclear as teses de Douhet teriam sucumbido aos outros desenvolvimentos tecnológicos verificados após a II Guerra Mundial, que tornaram o bombardeio estratégico excessivamente dispendioso e incerto para bombas convencionais. Também é verdade, contudo, que a estrutura do pensamento estratégico que ele criou é peculiarmente pertinente a qualquer conflito generalizado na era nuclear." Bernard Brodie, *Strategy in the Missile Age*, Princeton University Press, N. J., 1959, p. 106.
 18. Russell F. Weigley, *The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy*, Macmillan Publishing Co., N. Y., 1973, p. 365. Weigley cita, na página 378, as palavras do Almirante Arthur W. Radford: "Uma guerra de extermínio poderia, possivelmente, resultar numa vitória militar pírrica, mas seria, política e economicamente, sem sentido."
 19. Bernard Brodie, "Implications for Military Policy," Frederick S. Dunn, Bernard Brodie, Arnold Wolfers, Percy E. Corbett e William T. R. Fox, *The Absolute Weapon: Atomic power and World Order*, editado por Bernard Brodie, Harcourt, Brace and Co., N. Y., 1946, p. 76. Para opiniões semelhantes, ver Mills, *op. cit.*, p. 364.
 20. Ver Weigley, *op. cit.*, pp. 366-67. Weigley faz uma distinção entre estratégias de dissuasão e estratégias de ação, sendo as primeiras negativas ou passivas, pois buscam prevenir alguma coisa, enquanto as últimas são positivas, pois objetivam a realização de algo (p. 398 e Capítulo 17).
 21. Ver J. Lawton Collins, *War in Peacetime: The History and Lessons of*

Korea, Houghton Mifflin Co., Boston, Mass., pp. VII, 370, 382 e 394, para comentários sobre a nova natureza da guerra sob estas condições. Na pág. 394, Collins escreveu: "... no caso de guerras limitadas que envolvam a subversão comunista, a ação militar sem uma declaração formal de guerra talvez seja a exceção, e não a regra, no futuro, devido à inexistência de um inimigo facilmente reconhecível." Collins também menciona a necessidade de um tipo de aprovação pelo Congresso, para garantir o apoio popular. Este comentário nos faz lembrar Harry G. Summers Jr., *On Strategy: The Vietnam War in Context*, US Government Printing Office, Washington, D. C., 1981. Ver também Mitchel Howard, "War as an instrument of Policy," *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*, editado por Herbert Butterfield e Martin Wright, Allen & Unwin, Lon-

dres, Inglaterra, 1966, p. 200.

22. Publicação Nº 1 da Junta de Chefes de Estado-Maior (JCS), *Dictionary of Military and Associated Terms*, US Government Printing Office, Wash., D. C., 3 Jan 72, p. 202. As edições de 1984 e 1986 dão a mesma definição.
23. Não há melhor ilustração deste relacionamento do que a barragem de artilharia que os britânicos desencadearam, antes de iniciarem a ofensiva de Passchendaele, durante a 1ª Guerra Mundial. Mais de três milhões de granadas, o equivalente a 321 trens carregados de munição, foram disparadas durante os 19 dias da barragem que precederam ao ataque, correspondendo a um ano de trabalho de 55.000 trabalhadores que as fabricaram. Ver Bernard Brodie e Fawn M. Brodie, *From Crossbow to H-Bomb*, Edição Revisada, Indiana University Press, Bloomington, Ind., 1973, p. 192.



O Tenente-Coronel DONALD R. BAUCOM, da Força Aérea dos Estados Unidos, é historiador do Gabinete de História da Força Aérea dos EUA, Base Aérea de Bolling, Washington D. C. Formou-se pela Academia da Força Aérea dos EUA (USAFA) e obteve o título de Doutor pela Universidade de Oklahoma. Foi membro do corpo docente da USAFA e da Escola de Alto-Comando da

Força Aérea dos EUA, localizadas na Base Aérea de Maxwell, Alabama, e editor da *Air University Review*, periódico editado na mesma Base.